



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 67/XV/ 1.ª SL

Aos 10 dias do mês de maio de 2023, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte

Audiência da Associação de Municípios com Infraestruturas Urbanas Concessionadas (AMIUC) sobre a Taxa de Ocupação do Subsolo (TOS)

II Parte

1. Discussão e votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 61/XV/1.ª \(GOV\)](#)
- Altera o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais;
2. Discussão e votação, na especialidade, do [Projeto de Resolução n.º 571/XV/1.ª \(PS\)](#) - Recomenda ao Governo o reforço da promoção da inovação e modernização da gestão pública para um Estado mais simples, célere e eficiente ao serviço das pessoas;
3. Outros assuntos.

I Parte

Audiência da Associação de Municípios com Infraestruturas Urbanas Concessionadas (AMIUC) sobre a Taxa de Ocupação do Subsolo (TOS)

A Senhora Presidente da Comissão, Deputada Isaura Morais (PSD), que presidiu à reunião, cumprimentou os requerentes da audiência presentes – o Engenheiro Paulo Pinto, presidente do conselho diretivo da associação, o Sr. Nelson Lopes, da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, o Dr. Luís Soares, da Câmara Municipal de Cascais, a Vereadora Dora Pereira, da Câmara Municipal de Alenquer, o Vereador Francisco Batista, da Câmara Municipal de Odivelas, o Vereador João Pedro Baião, da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, o Vereador Nuno Dias, da Câmara Municipal de



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 67/XV/ 1.ª SL

Loures, o Dr. Gonçalo Ribeiro, consultor jurídico da associação e o Dr. Duarte Nuno Pinto e Gracinda Veloso, assessores da associação, explicou a metodologia adotada para a audiência e deu-lhes de seguida a palavra.

O Engenheiro Paulo Pinto agradeceu em nome da AMIUC, ex-Amagás, o agendamento da [audiência](#). Disse que aquele tema lhes é caro há muitos anos: tem a ver com a TOS, Taxa de Ocupação do Subsolo, que pretendem que seja uma TODM, Taxa de Ocupação de Domínios Municipais.

Esclareceu que gostavam de sensibilizar os Deputados para o [tema](#), até porque têm a informação de que, depois de muita insistência da associação, o Governo vai apresentar uma iniciativa nesse sentido.

A intervenção feita bem como outros documentos referenciados na audiência podem ser consultados [aqui](#).

Interveio de seguida o Senhor Deputado José Carlos Alexandrino (PS), que, depois de cumprimentar os presentes, deu os parabéns à AMIUC por trazer este assunto à Assembleia da República, por estar a defender os interesses dos respetivos municípios. Quis saber se o grupo de trabalho a que foi feita referência ainda estava ativo.

Também o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD), depois de cumprimentar os requerentes da audiência, começou por dizer que o Partido Socialista parece estar desenquadrado da realidade legislativa do Parlamento, já que na missiva da AMIUC era pedida a intervenção daquela Comissão no sentido de impedir a consolidação no ordenamento jurídico português daquilo que estava previsto no artigo 167.º da proposta de lei então em discussão, que reproduzia aquilo constava da lei de 2004, ou seja, a aplicação de uma taxa, não em função do espaço público objetivamente ocupado, mas em função da faturação do operador.

Contudo, a nova Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovada na presente Legislatura, manteve essa solução. Lamentou que só agora tivesse tido lugar esta audiência, mas também referiu que não é um processo fechado, porque qualquer lei pode ser alterada.



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 67/XV/ 1.ª SL

A Senhora Deputada Isabel Pires (BE), que também usou da palavra, começou por referir que não iria gastar muito tempo por considerar esclarecedoras não só a documentação remetida como a intervenção inicial da AMIUC.

Ainda assim, questionou qual tem sido a receção por parte do Governo relativamente à reivindicação da AMIUC e se há ou não abertura para proceder a alguma alteração legislativa. Quis ainda saber qual será o melhor caminho, do ponto de vista legislativo, para evitar a repercussão dos valores nas faturas dos consumidores.

Na resposta da AMIUC, o Engenheiro Paulo Pinto recordou que, apesar de nenhum problema ser demasiado velho para não ter solução, é altura de encontrar uma solução para este.

Ao Deputado José Carlos Alexandrino respondeu que o grupo de trabalho foi extinto em 31 de dezembro de 2022, porque o Ministério da Coesão Territorial começou a preparar legislação, designadamente, sobre a TOS.

Salientou que não é só a taxa de ocupação do subsolo que está em causa, que não estão em causa apenas infraestruturas urbanas concessionadas que tenham a ver com gás propano ou com gás natural, e que relevam também as telecomunicações, os direitos de superfície, o espaço aéreo.

Considerou que há questões que não fazem grande sentido, porque a TOS é paga aos municípios por metro linear de conduta. E aquela que está a ser repercutida é uma outra taxa que nada tem a ver com a TOS, porque é em função, como dizia o Deputado Jorge Paulo Oliveira, da faturação, de caudais de gás.

Disse ainda que a lei já inviabiliza que, no caso do gás propano, possa haver repercussão do valor da TOS na fatura, não se compreendendo por que razão não sucede o mesmo no que concerne ao gás natural.

Prosseguiu dizendo que a DECO quis saber se os municípios estavam disponíveis para abdicar destas receitas. A resposta foi taxativa: não estão nem podem estar, porque os orçamentos que há para gerir são sempre exíguos, seja a que nível for.

Opinou que seria interessante uniformizar as taxas por município, mas isso é virtualmente impossível; daí que talvez a solução passe por ser colocado um teto máximo. Por exemplo, a AMIUC tem uma taxa de cerca de 3€ por metro de conduta linear.



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 67/XV/ 1.ª SL

Em resposta à Deputada Isabel Pires, confirmou que foi pedida uma reunião ao Secretário de Estado, Dr. Carlos Miguel, para ser feito o ponto da situação e ser verificado se o que está a ser preparado vem de encontro às expectativas dos municípios que constituem a AMIUC, mas também das dos municípios que fazem parte da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

A Senhora Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e deu a audiência por concluída.

A audiência foi gravada em suporte [áudio](#) e [vídeo](#), pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta fase.

II Parte

1. **Discussão e votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 61/XV/1.ª \(GOV\)](#) - Altera o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais;**

A reunião prosseguiu, tendo a Comissão procedido à discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 61/XV/1.ª (GOV), bem como das propostas de alteração apresentadas pelos grupos parlamentares do PS e do PCP. Estiveram presentes os GP do PS, PSD, CH, PCP e BE. Foi esclarecido que, estando em causa a matéria de finanças locais, ao Plenário compete votar a assunção das votações indiciárias realizadas em Comissão.

2. **Discussão e votação, na especialidade, do [Projeto de Resolução n.º 571/XV/1.ª \(PS\)](#) - Recomenda ao Governo o reforço da promoção da inovação e modernização da gestão pública para um Estado mais simples, célere e eficiente ao serviço das pessoas;**

A Comissão procedeu à discussão e votação, na especialidade, do Projeto de Resolução n.º 571/XV/1.ª (PS), para o qual não foram apresentadas propostas de



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 67/XV/ 1.ª SL

alteração. Usou da palavra inicialmente a Senhora Deputada Maria de Fátima Fonseca (PS) e a Deputada Paula Santos (PCP), a final, apresentou uma declaração de voto. O relatório de discussão e votação na especialidade pode ser consultado [aqui](#).

3. Outros assuntos.

A Senhora Presidente referiu-se à visita de trabalho à AMAL – intensa, mas gratificante -, salientando a forma como os Deputados foram recebidos pelos 16 municípios que integram a Comunidade Intermunicipal do Algarve, bem como por cada uma das instituições ou empresas visitadas, sem esquecer a reunião com a CCDR-Algarve.

A Senhora Deputada Sofia Matos (PSD), subscrevendo as palavras da Senhora Presidente, lamentou não ter havido contactos com a população, designadamente ao nível das condições de acesso aos cuidados de saúde.

O Senhor Deputado Bruno Nunes (CH) opinou que aquele assunto merecia ser aprofundado em reunião de Mesa e Coordenadores.

O Senhor Deputado Ricardo Lima (PS) concordou que, numa visita como aquela, que foi exaustiva, tanto no primeiro como no segundo dia, existem sempre situações a corrigir. No entanto, considerou que o resultado foi muito positivo.

O Senhor Deputado Pedro Cegonho (PS), apesar de não ter participado naquela visita, associou-se aos agradecimentos aos serviços, pela sua organização, considerando que os objetivos a que se propuseram foram plenamente atingidos, embora entenda que, em reunião de Mesa e Coordenadores, deva ser feita uma avaliação de como as coisas decorreram e melhorar para o futuro o que houver a ser melhorado.

A reunião foi gravada em suporte [áudio](#), pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 67/XV/ 1.ª SL

A reunião foi encerrada às 15:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 08 agosto 2023.

A PRESIDENTE

(ISAURA MORAIS)



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 67/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Eurídice Pereira (PS)
José Carlos Alexandrino (PS)
Maria de Fátima Fonseca (PS)
Norberto Patinho (PS)
Pedro Cegonho (PS)
Ricardo Lima (PS)
Ricardo Lino (PS)
Sobrinho Teixeira (PS)
Susana Amador (PS)
Firmino Marques (PSD)
Gabriela Fonseca (PSD)
Germana Rocha (PSD)
Isaura Morais (PSD)
João Barbosa de Melo (PSD)
Luís Gomes (PSD)
Sofia Matos (PSD)
Bruno Nunes (CH)
Paula Santos (PCP)
Isabel Pires (BE)
Fátima Ramos (PSD)
João Prata (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Guerreiro (PS)
João Azevedo (PS)
Maria da Luz Rosinha (PS)
Firmino Pereira (PSD)
Joana Cordeiro (IL)